

Eixo Temático 2 - Informação, Comunicação e Processos Tecnológicos

**GESTÃO DE DOCUMENTOS EM ARQUIVOS UNIVERSITÁRIOS:
estudo do Arquivo Central da Universidade Federal de Alagoas**

***DOCUMENT MANAGEMENT IN UNIVERSITY ARCHIVES:
study of the Central Archive of the Federal University of Alagoas***

Pollyana Cássia Gonzaga Ferreira – Universidade Federal de Alagoas (UFAL) –
pollygonzagaferreira@gmail.com

Francisca Rosaline Leite Mota – Universidade Federal de Alagoas (UFAL) -
francisca.mota@ichca.ufal.br

Modalidade: Trabalho Completo

Resumo: Diante de um cenário cada vez mais tecnológico, onde a informação é insumo necessário, as ações das Instituições Federais de Ensino Superior devem ser pautadas na valorização da informação arquivística que reverbera em toda a instituição. A pesquisa em andamento visa analisar a gestão de documentos do Arquivo Central da Universidade Federal de Alagoas a fim de identificar sua política arquivística e seu papel junto à universidade. Caracteriza-se como um estudo qualitativo, com abordagem descritiva e exploratória, com a utilização de questionários e entrevistas semiestruturadas. Os resultados iniciais apontam que o Arquivo Central reflete todas as ações da instituição, mas carece de iniciativas de gestão de documentos, preservação digital sistêmica e transparência ativa. Considera-se a importância do arquivo para a comunidade acadêmica e que o mesmo deve ser disponibilizado de forma organizada e acessível a todos os interessados, garantindo o desenvolvimento de novos tipos de conhecimento e a preservação da memória institucional da Ufal.

Palavras-chave: arquivos universitários; Ciência da Informação; gestão de documentos; IFES; memória institucional.

Abstract: *Faced with an increasingly technological scenario, where information is a necessary input, the actions of the Federal Institutions of Higher Education must be based on valuing archival information that reverberates throughout the institution. The ongoing research aims to analyze the document management of the Central Archive of the Federal University of Alagoas in order to identify its archival policy and its role with the university. It is characterized as a qualitative study, with a descriptive and exploratory approach, using questionnaires and semi-structured interviews. The initial results indicate that the Central Archive reflects all the institution's actions, but lacks document management initiatives, systemic digital preservation and active transparency. It is considered the importance of the archive for the academic community and that it must be made available in an organized and accessible way to all interested parties, guaranteeing the development of new types of knowledge and the preservation of Ufal's institutional memory.*

Keywords: *university archives; Information Science; document management; IFES; institutional memory.*

1 1 INTRODUÇÃO

A temática dos arquivos universitários merece ser mais explorada no âmbito da Arquivologia e também da Ciência da Informação. “A Ciência da Informação tem como objeto a própria informação o que, em princípio, a aproxima da Arquivologia, cujo objeto é o documento e a sua relação orgânica com outros documentos e a informação nestes contida” (CARVALHO, 2012, p. 17). Para Carvalho (2012), os arquivos universitários cumprem seus objetivos na Arquivologia e, por extensão, à Ciência da Informação, pois ao custodiar documentos de diversos ramos do conhecimento, tal como ocorre na Ciência da Informação, apresenta diferentes possibilidades de aplicações.

Bellotto (1989, p. 15-16) reflete sobre o papel dos arquivos nas universidades, ressaltando principalmente a função social e democrática desses espaços e o compromisso com a sociedade. “Os arquivos constituem essencialmente fontes de informação [...] são fonte direta, fundamental e indiscutível a qual deve recorrer o historiador em seu labor da explicação histórica” (BELLOTTO, 1989, p. 20-21). Logo, “a universidade é uma instituição social e como tal exprime de maneira determinada a estrutura e o modo de funcionamento da sociedade [...]” (CHAUÍ, 2003, p. 5).

Desde a instituição da Lei nº 8.159/1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados, as Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes) vêm desenhando e se empenhando para implantar iniciativas arquivísticas, às vezes com mais ou menos sucesso, é o que também ocorre na Universidade Federal de Alagoas (Ufal), ao longo de sua existência. Os programas de pós-graduação em Ciência da Informação, neste caso específico, devem estar atentos sobre a importância de iniciativas que contemplem pesquisas que explorem esse universo de informações registradas em arquivos permanentes e refletir sobre a influência crescente da Arquivologia e, conseqüentemente, da Ciência da Informação na estruturação/reestruturação dos arquivos de ensino superior.

Assim, entendendo que o arquivo universitário é um elemento que reflete todas as ações da instituição, objetiva-se que esta pesquisa possa contribuir para ampliar a visão sobre uma área específica de arquivos, o arquivo universitário, onde o objeto de estudo em questão é o Arquivo Central (AC) da Universidade Federal de Alagoas. O **problema** que norteará a pesquisa é: Como o Arquivo Central da Ufal pode contribuir para a transparência

dos atos administrativos, democratização da informação e preservação da memória institucional?

Em busca da resposta para a indagação postulada, definiu-se como **objetivo geral**: analisar as atividades do Arquivo Central da Ufal, a fim de identificar suas funções, fluxo e sistemas de informação, bem como, seu papel junto à universidade.

Os **objetivos específicos** são respectivamente:

- Caracterizar o Arquivo Central da Ufal;
- Identificar a política gestão arquivística de documentos adotada pelo Arquivo Central da Ufal;
- Verificar a existência de acervo documental que retrata a memória institucional da Ufal;
- Analisar a percepção dos gestores acadêmicos sobre a importância do gerenciamento da informação do Arquivo Central da Ufal.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Gestão de documentos arquivísticos

No Brasil, a Lei 8.159/1991, em seu artigo 3º, define Gestão de Documentos como “um conjunto de operações técnicas e procedimentos referentes à produção, tramitação, avaliação, uso e arquivamento em fase intermediária e corrente, com vista à sua eliminação ou guarda permanente” (BRASIL, 1991, p. 1). A mesma lei ainda dispõe que a gestão de documentos é dever do Poder Público e que todos têm direito a receber dos órgãos informações de seu interesse particular, coletivo ou geral contidas em documentos de arquivos. Para a organização dos arquivos, cada vez mais, se faz necessário o apoio de programas de gestão documental, amparados pela política nacional de arquivos públicos.

“Com a utilização dos instrumentos específicos para a gestão dos documentos, acredita-se que será possível obter uma boa organização dos arquivos, proporcionando a transparência do funcionamento da instituição e a agilização do processo decisório” (OHIRA *et al.*, 2004, p. 9). Portanto, torna-se necessário buscar na Arquivologia, os princípios, os padrões, as normas e as técnicas que devem ser observadas na produção, na organização,

na guarda, na preservação e na utilização dos arquivos, visando à execução dos programas de gestão documental.

Vitoriano (2017, p. 3-4) define que a Arquivologia tem na área de Gestão de Documentos, a fase em que os documentos administrativos são organizados, classificados, avaliados e descritos, de modo a garantir o cumprimento de seu ciclo de vida até a eliminação ou destinação permanente. De acordo com Araújo e Aganette (2021), o processo é um pouco mais complexo,

Decorrente do avanço tecnológico que se vivencia na contemporaneidade, o progresso da sociedade torna-se um processo inevitável que impulsiona o desenvolvimento e apresenta novos desafios. Progresso esse que proporciona avanços e desafios em todas as áreas do conhecimento, e exige mudanças nos processos e práticas até então utilizados e tidos como eficazes. E para isso, faz-se necessário, o uso de ferramentas modernas e de estratégias condizentes com a nova realidade, buscando-se assim incrementar novas práticas metodológicas capazes de modificar rotinas nos processos de Gerenciamento Arquivístico de Documentos (GAD) (ARAÚJO; AGANETTE, 2021, p.2).

As Instituições Federais de Ensino Superior possuem uma grande massa documental, necessárias para a construção de um histórico institucional e para consultas futuras. A melhor forma de guardar esses dados é por meio da organização dos documentos, garantida pela gestão documental, incluindo ferramentas de gestão de documentos digitais como os Repositórios Arquivísticos Digitais Confiáveis (RDC-Arq) e as Plataformas Arquivísticas de Acesso e Difusão, que permitem a transparência ativa das informações e o armazenamento dos documentos com ordem, segurança e confiabilidade.

2.2 Democracia digital e acesso à informação em arquivos de instituições federais de ensino superior

Em geral, os arquivos testemunham as interações em sociedade, especificamente entre os cidadãos e suas instituições democráticas ao longo do tempo, fator importante para esse fim. Como exemplo, podemos citar os cidadãos que, em cumprimento das suas obrigações fiscais, mantêm o seu processo perante a autoridade governamental; neste caso, são nos arquivos onde podemos encontrar os documentos que foram gerados ao longo de sua atividade tributária. Segundo Bellotto (1989), os arquivos servem de "incremento à eficiência administrativa devido a melhor eficácia do sistema informativo"

(BELLOTTO, 1989, p. 24).

Goldschmidt e Reis (2019), afirmam que a tecnologia, por meio da chamada democracia digital, auxilia na promoção da sociedade civil na construção do processo democrático. Desse modo, a democracia digital proporciona benefícios para o funcionamento dos arquivos universitários, ademais, sem os arquivos não haveria facilidade de acesso às informações, eficiência, transparência e, por extensão, a democracia. Assim, segundo os autores, as novas tecnologias podem auxiliar na recuperação da informação e na promoção do acesso, e a democracia digital pode contribuir para o processo democrático dentro das universidades federais.

Os arquivos das Ifes devem estar preparados para atender as demandas advindas deste novo cenário, pois a democracia digital requer pleno acesso, requer transparência ativa e inclui qualquer relação entre governo e cidadão através da tecnologia da informação, buscando maior participação dos indivíduos no processo decisório, transparência nas transações governamentais e *accountability*. Para Oliveira (2016, p. 176),

Das retóricas dos órgãos de governo é que com a adesão a iniciativas do movimento aberto, como “governo aberto” e “dados governamentais abertos”, e o uso de tecnologias da informação e comunicação (TICs), um país soluciona suas questões quanto à corrupção e eficiência na prestação de serviços aos seus cidadãos.

As instituições precisam aperfeiçoar as atividades existentes de disponibilização de dados sensíveis de modo que possam promover o acesso com segurança da informação e sem o risco de divulgação indevida. Conforme Stelzer *et al.* (2019), as Ifes devem estar prontas para que cada tratamento de dados esteja de acordo com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) e, antes de iniciar a adequação da lei na instituição, é necessário a exigência de políticas documentadas para proteção, retenção e arquivamento. Tais instituições tratam de dados pessoais sensíveis, sendo assim sujeitas a controles mais rígidos conforme dispõe a LGPD (BONI, 2019).

Schwaitzer (2019) esclarece que diferentemente da LAI, que facilitou vários debates nos arquivos em torno de sua aplicabilidade, a LGPD não vem recebendo a mesma atenção da comunidade arquivística ou mesmo das instituições públicas. O que se observa em comum entre a discussão da LAI e da LGPD é que em ambos os casos as Ifes parecem ignorar que

tanto o acesso à informação quanto à proteção da privacidade individual dependem de um processo cuidadoso e aprofundado de identificação, classificação e avaliação. Segundo Santana Filho (2016), a “chamada Lei de Acesso à Informação, a gestão documental é um recurso que garante à Administração Pública o cumprimento de dar publicidade e transparência aos seus atos” (SANTANA FILHO, 2016, p. 2).

2.3 Características dos arquivos universitários

O arquivo é uma instituição documental de grande importância e de extraordinária complexidade. De acordo com Carvalho (2012), o conceito de arquivo universitário não é facilmente encontrado nos livros de Arquivologia, somente em anais e reuniões científicas da área. “Definir o que sejam arquivos universitários, a partir da literatura nacional da Arquivologia é tarefa difícil porque esta pouco contempla o termo. Há somente alguma referência quanto à classificação dos arquivos” (CARVALHO, 2012, p. 70).

A terminologia arquivos universitários aborda a especialidade dos arquivos universitários; na referência quanto à classificação dos arquivos segundo as entidades mantenedoras como as instituições educacionais (PAES, 1997, p. 21), não há divisão entre universitário e científico, embora sejam denominações usuais da prática diária nesses dois setores. Bellotto (1991, p. 20), define arquivos universitários como “[...] resultado da acumulação de documentos produzidos ou acumulados por entidades públicas ou privadas no desenvolvimento de suas ações administrativas e/ou jurídico-legais”. A mesma autora destaca o papel dos arquivos universitários como:

- reunir, processar, divulgar e conservar todos os documentos relativos à administração, histórica e ao funcionamento/desenvolvimento da universidade;
- avaliar e descrever estes documentos tornando possível seu acesso, segundo as políticas e procedimentos elaborados especificamente para estes fins;
- supervisionar a eliminação, ter o controle da aplicação das tabelas de temporalidade, a fim de que nenhum documento de valor permanente seja destruído. (BELLOTTO, 1991, p. 19).

“O arquivo universitário deve ser preservado, por ocupar um papel de grande relevância nas instituições, uma vez que possibilitará a guarda do conhecimento desenvolvido do trabalho intelectual, bem como a preservação histórica do ensino

superior” (BOSO *et al.*, 2007, p. 127). Esse tipo de arquivo vem enfrentando vários desafios no que diz respeito ao apoio institucional, equipe profissional capacitada e infraestrutura.

3 O ARQUIVO CENTRAL DA UFAL

O Arquivo Central da Universidade Federal de Alagoas é um arquivo institucional, localizado no Campus Aristóteles Calazans Simões (A.C. Simões), na cidade de Maceió, possui sob sua guarda documentos da época da fundação da universidade, no ano de 1961. Inaugurado em 2007, o AC é subordinado ao Sistema de Bibliotecas Ufal (SiBi/Ufal), desde o dia 13 de novembro de 2012. Santana Filho (2016, p. 6) contextualiza o surgimento/criação do Arquivo Central da Ufal:

No ano de 2007 foi construído o prédio do Arquivo Central, sendo feita a transferência de toda a documentação arquivística - intermediária, permanente e passível de ser eliminada - que estava no subsolo da Biblioteca Central. Dessa forma, iniciaram-se as atividades de gestão no conjunto documental produzido pelas unidades administrativas e acadêmicas. A princípio, a posição do Arquivo Central, na estrutura organizacional, foi vinculada à Secretaria de Infraestrutura (SINFRA). Contudo, desde o ano de 2012 está subordinado à Biblioteca Central, compondo o Sistema de Bibliotecas.

A missão do Arquivo Central da Ufal é salvaguardar os registros de atos administrativos e acadêmicos, e demais acontecimentos importantes da Ufal, bem como zelar pelo adequado armazenamento, preservação e conservação da documentação, buscando oferecer consultoria e orientação técnica para a organização dos documentos de atividades ‘meio e fim’. Suas atividades técnicas arquivísticas são rigorosamente pautadas pelas Normas e Legislação Arquivística Nacional, bem como pelas determinações emanadas do Arquivo Nacional e do Conselho Nacional de Arquivos.

A finalidade do Arquivo Central é servir à administração pública da Universidade Federal de Alagoas, tendo como instrumento de apoio os documentos por ele protegidos e preservados, visando a sua utilização. Quando o documento não servir mais à administração, pode ser selecionado para servir de fonte para história e memória da universidade. Compete também ao AC a coordenação técnica da documentação à sua guarda, nomeadamente produzida ou recebida pela instituição e seus setores de expediente.

Este importante setor tem a função de custodiar a Documentação Intermediária ou Segunda Idade Documental e a Documentação Permanente ou Terceira Idade Documental. Esses registros são importantes para compreensão da comunidade acadêmica, informações orgânicas, patrimônio cultural único e insubstituível. Assim, é fundamental a preservação e estudo. Como também devem ser multiplicadas as ações de acesso à informação e preservação da memória institucional. Para Thiesen (2013), toda memória é institucional. Ao que tudo indica há relação de reciprocidade entre memória e instituição e tais relações devem ser problematizadas no sentido de verificarmos em que medida determinam as ações de resgate ou de destruição da memória institucional.

4 METODOLOGIA

Trata-se de um estudo de um arquivo universitário, em uma universidade pública federal, desenvolvido quanto aos objetivos como pesquisa exploratória e descritiva. Como fonte teórica, a prioridade foi usar autores que pudessem indicar os caminhos metodológicos a serem seguidos: Quivy e Campenhoudt (1998), Gil (2008, 2010) e Bardin (2016), foram alguns dos autores que contribuíram para a metodologia utilizada.

Os instrumentos de coleta utilizados foram o questionário e entrevistas semiestruturadas. A técnica escolhida para verificação dos dados foi a análise de conteúdo “um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos [...]” (BARDIN, 2016, p. 48).

5 RESULTADOS PARCIAIS

Os dados parciais apontam que é urgente na Ufal a regulamentação de uma política de gestão de documentos responsável por nortear e padronizar as atividades arquivísticas em toda universidade, proporcionando transparência das ações, acesso, disseminação, preservação e segurança da informação arquivística.

Para 100% dos servidores do AC, o setor não consegue atender plenamente a

necessidade informacional da universidade no que diz respeito à salvaguarda e à gestão arquivística dos documentos, justamente pela inexistência de uma política documental. Já 75% dos servidores afirmam que o AC não é reconhecido pela instituição e pela comunidade acadêmica por seu papel estratégico e memória institucional.

Com base nas entrevistas, percebeu-se que os gestores apresentam, em alguma medida, falta de conhecimento de instrumentos necessários à gestão de documentos arquivísticos e dificuldades no exercício de suas funções para a solucionar os problemas decorrentes do Arquivo Central, principalmente pela insuficiência de recursos financeiros.

6 CONCLUSÃO

A análise inicial realizada permite concluir que, mesmo com suas particularidades e dificuldades, é possível perceber que os participantes do estudo são conscientes do nível de complexidade que envolve a resolução dos mais variados problemas enfrentados pelo Arquivo Central.

A falta de recursos financeiros nas instituições públicas de ensino superior é uma realidade, há ainda muito a ser feito, principalmente nos níveis político e de infraestrutura, para produzir os resultados eficazes e eficientes de uma política de gestão documental e informacional para a Universidade Federal de Alagoas. Infelizmente, essa escassez de recursos se reflete nas práticas de gestão documental da instituição que são baseadas na organização dos documentos com procedimentos arquivísticos manuais, ultrapassados e sem a utilização de tecnologia.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, J. J. de; AGANETTE, E. C. Gestão de documentos arquivísticos: diagnóstico situacional em Escolas Estaduais de Minas Gerais. **Múltiplos Olhares em Ciência da Informação**, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/moci/article/view/37089>. Acesso em: 19 out. 2022.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BELLOTTO, H. L. Arquivologia: objetivos e objetos. **Arquivo Boletim Histórico e Informativo**, n. 10, p. 81-83, 1989.

BELLOTTO, H. L. Universidade e Arquivo: perfil, história e convergência. **Transinformação**, v.1, atas do I seminário nacional de arquivos universitários, 1991. Disponível em: https://www.siarq.unicamp.br/siarq/images/siarq/pesquisa/produto_de_pesquisa/atas.pdf. Acesso em: 10 fev. 2022.

BONI, B. R. **Proteção de dados pessoais: a função e os limites do consentimento**. Rio de Janeiro: Forense, 2019.

BOSO, A. K. *et al.* Importância do arquivo universitário. The importance of the university archives p. 123-131. **Revista ACB**, v. 12, n. 1, p. 123-131, mar. 2007. Disponível em: <https://revista.acb.org.br/racb/article/view/488/627>. Acesso em: 20 jun. 2022.

BRASIL. **Lei 12.527 de 18 de novembro de 2011**. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei no 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União, 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm. Acesso em: 11 mar. 2021.

BRASIL. **Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018**. Dispõe sobre a proteção de dados pessoais e altera a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 (Marco Civil da Internet). Brasília, DF: Presidência da República, 2018. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13709.htm. Acesso em: 12 mar. 2021.

BRASIL. **Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991**. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, 1991. p. 454- 456. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8159.htm. Acesso em: 04 jul. 2021.

CARVALHO, W. P. de. **Arquivos universitários de entidades públicas de ensino superior do Rio de Janeiro: estudo de caso dos arquivos da UFRJ e UNIRIO**. 2012. 134 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro, 2012.

CHAUÍ, M. de S. A universidade pública sob nova perspectiva. *In: Conferência de abertura da Reunião Anual da ANPED*, 26., Poços de Caldas, 5 de outubro de 2003. p.00-00

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2010.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008.

GOLDSCHMIDT, R; REIS, B. D. F. Democracia digital. **Revista Em Tempo**, [S.l.], v. 18, n. 01, p.

177-200, dec. 2019. Disponível em:

<https://revista.univem.edu.br/emtempo/article/view/3211>. Acesso em: 22 jun. 2021.

OHIRA, M. L. B. *et al.* Gestão de documentos em Arquivos Universitários: estudo de caso no Arquivo Central da FAED-UDESC. In: CONGRESSO NACIONAL DE ARQUIVOLOGIA, 1., 2004, Brasília. **Anais [...]**. Brasília: editora, 2004.

OLIVEIRA, C. A gestão arquivística de documentos como apoio à publicação de dados governamentais abertos. **Acervo - Revista do Arquivo Nacional**, v. 29, n. 2, p. 168-178, 2016. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/45232>. Acesso em: 07 dez. 2022.

PAES, Marilena Leite. **Arquivo: teoria e prática**. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

PIOVESAN, A.; TEMPORINI, E. R. Pesquisa exploratória: procedimento metodológico para o estudo de fatores humanos no campo da saúde pública. **Revista de Saúde Pública**, v. 29, n. 4, p. 318-25, 1995. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/000896753>. Acesso em: 22 jun. 2022.

QUIVY, R.; CAMPENHOUDT, L. V. **Manual de investigação em ciências sociais**. LISBOA. 2ª ed. Gradiva Publicações Ltda., 1998.

SANTANA FILHO, D. de. **Desafios para a implantação da gestão de documentos na Universidade Federal de Alagoas**. 2016. Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/revista_do_arquivo/03/artigo_07.php. 2016. Acesso em: 23 jun. 2022.

SCHWAITZER, L. de B. da S. Introdução. **Revista do Arquivo**, ano V, n.9, out. 2019. Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/revista_do_arquivo/09/dossie_entrevista_01.php. Acesso em: 22 jun. 2022.

STELZER, J. *et al.* **A lei geral de proteção de dados pessoais e os desafios das instituições de ensino superior para a adequação**. 2019. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/201939/103_00090.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 10 de jan. 2021.

THIESEN, I. **Memória Institucional**. João Pessoa: Ed. da UFPB, 2013.

VITORIANO, M. C. C. P. A relação entre gestão da informação e gestão documental na arquivologia: mapeamento do tema em publicações científicas brasileiras. **Palavra Chave (Argentina)**, v. 7 No 1, n. 1, 2017. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/66380>. Acesso em: 24 out. 2022.